



CONTRATO Nº 016/2017-DPPB

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, POR SUA DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, E A EMPRESA MARCIC IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME, POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, PARA CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, NA FORMA ABAIXO:

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.733.319/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-540, neste ato representada por sua DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, Dr<sup>a</sup> MARIA MADALENA ABRANTES SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 185.931.604-25, RG nº 522.348 SSP/PB, aqui por diante denominada CONTRATANTE, e do outro lado como CONTRATADA a empresa MARCIC IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.956.054/0001-49, sediada na Rua Clemente Rosas, nº 63, Torre, João Pessoa-PB, CEP: 58040170, neste ato representada pelo seu sócio proprietário, o Senhor CÍCERO DEMÓSTENES CABRAL DE SOUSA, CPF/MF 798.674.994-68, RG nº 1.401.131, SSP-PB, resolvem celebrar, por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 00006.000559/2017-7, do Pregão Presencial nº 005/2017, Processo nº 044/2017, Ata de Registro de Preços nº 003/2017, o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

- 1.1- O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:
- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
  - b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
  - c) Constituição do Estado da Paraíba.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

2.1- O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação do serviço, sob demanda, de confecção de 229 (duzentos e vinte e nove) conjuntos de identificação funcional, contendo Carteiras de Identidade, Porta documento e Distintivos dos integrantes da carreira de Defensor Público Estadual, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL por menor preço por lote único.

2.2 - Para gerirem este contrato, por parte da CONTRATANTE, durante sua vigência serão designados servidores da entidade CONTRATANTE, através de Portaria, e previamente comunicado à empresa CONTRATADA.

2.3 - A CONTRATADA indicará preposto para representá-la junto à CONTRATANTE.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1. Aplicam-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

3.1.1 – Processo nº 044/2017-CPL-DPPB

3.1.2 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 003/2017 e Pregão Presencial nº 005/2017

3.1.3 – Processo Administrativo nº 00006.000559/2017-7 – DPPB

3.1.4 – Anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência- Descrição do objeto

## CLÁUSULA QUARTA - DO PERCENTUAL, DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme especificado na Proposta Definitiva de preços de responsabilidade da CONTRATADA, os valores relativos ao objeto contratado, acompanhada das Notas Fiscais, o valor global estimado de R\$ 36.182,00 (trinta e seis mil, cento e oitenta e dois reais).

Parágrafo único: Por tratar-se de estimativa, os valores previstos no item 4.1 poderão sofrer variação, devendo ser sempre observada a existência de aporte orçamentário para suprir os pagamentos devidos.

4.2. O percentual dos serviços ora contratados são aqueles constantes da proposta da contratada apresentada no Pregão Presencial nº 005/2017, a qual passa a ser parte integrante deste instrumento, estando incluídos no referido percentual todos os custos diretos e indiretos necessários para o fornecimento do serviço objeto desta avença.

4.3 – É permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art.65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

## CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

3.1 – A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogada, por interesse da Administração Pública, por períodos iguais e sucessivos, até o limite estabelecido pelo Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

3.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 – A prestação do serviço deverá ser realizada pela CONTRATADA e se iniciará após os trâmites dos prazos legais, oriundos da licitação, após assinatura do contrato, admitida prorrogação, uma única vez e por igual prazo, desde que mediante autorização por escrito da CONTRATANTE.



## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da Contratada ou através de código de barras. Neste caso, a Nota fiscal/Fatura deverá possuir o respectivo código que permita o pagamento. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura, depois de aceite DEFINITIVO e liberação da documentação pela Contratante.

**Parágrafo primeiro** - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS, de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.

**Parágrafo segundo** – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

**Parágrafo terceiro** – Admitir-se-á a participação no certame de empresa matriz e/ou filial, entretanto, as certidões a serem apresentadas para assinatura do contrato e para pagamento durante a eventual prestação do serviço deverá ser da mesma empresa proponente, não se admitindo a participação de matriz e a posterior apresentação da documentação de filial e vice-versa.

**Parágrafo quarto** – As certidões supracitadas serão obtidas mensalmente pela DPPB a partir do site oficial do respectivo órgão, devendo a licitante manter durante todo o contrato as condições de habilitação. No caso de não emissão de alguma certidão, a empresa prestadora do serviço será notificada para regularizar a situação, cabendo a mesma providenciar a regularização para posterior pagamento.

**Parágrafo quinto** – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

**Parágrafo sexto** -- Na falta de qualquer certidão de que trata a cláusula sétima, deste Termo, o órgão Contratante fica expressamente autorizado a ajuizar ação de consignação em pagamento, de maneira a não caracterizar a situação de inadimplência, devendo tal disposição estar contida no texto do contrato administrativo resultante da licitação. Tal disposição se aplica também na hipótese de aditivo contratual de prorrogação.

**Parágrafo sétimo** – O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.



**Parágrafo oitavo** – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

**Parágrafo nono** - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

**Parágrafo décimo** - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.

**Parágrafo décimo primeiro** – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

**Parágrafo décimo segundo** – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

**Parágrafo décimo terceiro** – Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$EM = I \times N \times VP$  e  $I = (TX / 100) / 365$  Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo décimo quarto** – Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

**Parágrafo décimo quinto** - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto no item 7.1, desta Cláusula.



**Parágrafo décimo sexto** – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionada na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

**Parágrafo décimo sétimo** – Fica a Contratante responsável pela consulta online da documentação referente ao parágrafo segundo, ficando a contratada responsável de enviar a referida comprovação documental em caso de indisponibilidade pelo acesso ao Sistema. Outrossim, o pagamento encontrar-se-á desta forma, condicionado a necessária comprovação da regularidade fiscal.

**Parágrafo décimo oitavo** – O pagamento do objeto do Contrato já executado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser a do estabelecimento da Contratada, adjudicatária da licitação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação orçamentária:

Dotação orçamentária nº 141010312250464216339030

Natureza de Despesa: 339030;

Fonte de Recurso nº 100

#### **CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA**

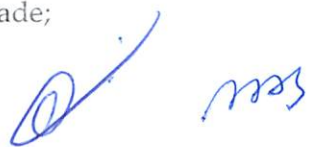
9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho Estimativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

##### **10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

##### **10.1.1 - Caberá à CONTRATADA:**

- a) cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação;
- b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o compromisso a ser assumido, exceto se autorizado pela Administração, ressalvadas as subcontratações de empresas terceirizadas para a execução de atividades-meio, assim entendidas as decorrentes de ligação, desligamento, e outras afins;
- c) comunicar por escrito, à unidade responsável pela fiscalização deste contrato, qualquer anormalidade ou ocorrência durante a prestação dos serviços, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado e exigido pelo Contratante;
- d) manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação do objeto do contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;



- f) observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento do objeto do contrato;
- g) manter, à frente da execução do objeto do contrato representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- h) qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- i) assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa.
- j) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade do objeto contratado.
- l) reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- m) responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.
- n) cumprir as condições de garantia e suporte técnico do objeto contratual de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- o) responsabilizar-se pela configuração, gerência da qualidade e aspectos de segurança do serviço prestado.

## 10.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

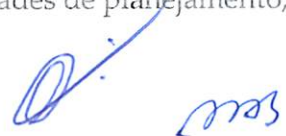
### 10.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) designar formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar o contrato;
- b) publicação no D.O.E. do extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;
- c) notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- d) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas, e, em havendo atraso, haverá acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária indexada pelo IGP-DI, e multa de mora de 2% (dois por cento) calculados sobre o valor da parcela;
- e) proporcionar todas as facilidades visando a boa execução do contrato, inclusive, comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança de endereço;
- f) Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pela CONTRATANTE para execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para garantir maior racionalização e objetividade à execução do contrato de prestação do serviço de comunicação, os órgãos Contratantes e a Contratada deverão indicar, oficialmente, no ato da assinatura do contrato, profissionais que os representarão, passando a atuar como Gestores do Contrato.

11.2. Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação



e controle da execução de todo o projeto, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, além da aprovação das faturas relativas à prestação dos serviços.

11.3. Ao Gestor do Contrato nomeado pelo órgão Contratante caberá, entre outras atribuições:

- a) Zelar para que as atividades a cargo do órgão Contratante sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- b) Acompanhar execução dos serviços a cargo da Contratada, permitindo, sempre que informado previamente, o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais por ela sub-contratados, às instalações das unidades da Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- c) Zelar para que os serviços de manutenções corretivas sejam executados dentro dos prazos contratuais, com os respectivos registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;
- d) Zelar para que os profissionais alocados pela Contratada para prestação dos serviços só tenham acesso às dependências das unidades do órgão Contratante mediante apresentação de cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade;
- e) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;
- f) Agendar reuniões periódicas com a Contratada para avaliação dos serviços prestados, recomendar alternativas de soluções para os problemas detectados, apontando eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços e solicitando imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato;
- g) Conferir pormenorizadamente os valores cobrados nas faturas emitidas pela Contratada.

11.4. A Contratada, através do Gestor do Contrato por ela nomeado, caberá, entre outras responsabilidades:

- a) Assegurar o sigilo sobre as informações relativas ao órgão Contratante;
- b) Zelar para que as atividades a cargo da Contratada sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- c) Assegurar a capacitação necessária das equipes responsáveis pela realização dos trabalhos;
- d) Acompanhar a execução dos serviços, solicitando, quando necessário, o acesso de seus técnicos, bem como dos profissionais subcontratados, às instalações das unidades do órgão Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- e) Zelar para que os serviços de manutenção corretiva sejam executados dentro dos prazos contratuais, mediante registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;
- f) Garantir que todos os profissionais alocados para prestação de serviço nas dependências do órgão Contratante apresentem cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade, para que tenham acesso controlado;
- g) Providenciar imediata substituição, ante a expressa manifestação escrita do Gestor do Contrato nomeado pelo órgão Contratante, de quaisquer de seus profissionais e encarregados da execução dos serviços, que não corresponderem aos princípios éticos e morais nas suas dependências;
- h) Garantir que todas as atividades sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança e higiene, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndios;
- i) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;



j) Participar de reuniões periódicas com o Contratante para avaliação dos serviços prestados, apresentando soluções para os problemas detectados, adotando providências no sentido de superar eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços.

l) As faturas deverão ser emitidas até o dia 05 do mês subsequente ao período de prestação dos serviços, contendo resumo dos valores cobrados pelos serviços prestados;

m) As faturas deverão ser entregues na sede administrativa do órgão Contratante, com prazo para vencimento não inferior a 10 (dez) dias após a data da efetiva entrega.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

**Parágrafo primeiro-** O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos quantitativos contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sendo permitida a repactuação dos percentuais ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena "d", da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

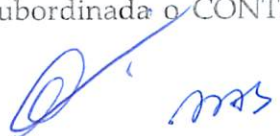
**Parágrafo segundo** – Em se tratando de contrato decorrente de Ata de Registro de Preços, estando dentro do prazo de sua validade, os quantitativos poderão ser acrescidos através de aditivo, sem se aplicar, neste caso, o limite previsto no parágrafo anterior.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 - Este Contrato poderá ser rescindido mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos serviços já realizados.

**Parágrafo primeiro** - O Contrato poderá ainda ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações ou prazos;
- b) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- c) alteração do Contrato Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- e) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade na execução do contrato, nos prazos estabelecidos;
- f) paralisação do da execução do objeto do contrato, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e



exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

j) supressão, por parte da Administração, do objeto do contrato, acarretando modificação do valor inicial deste contrato, além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93;

k) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de sua execução;

l) no interesse da Administração, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento do objeto do contrato já executado até a data comunicada no aviso de rescisão.

**Parágrafo segundo** - A CONTRATADA, se der causa à rescisão contratual, fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

**Parágrafo terceiro** - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, bem como nos casos citados nos Arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

**Parágrafo quarto** - A rescisão do Contrato, nos termos do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78, da Lei n.º 8.666/93;

b) amigável, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

c) judicial, nos termos da legislação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

14.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

**Parágrafo primeiro** - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não executada a critério da Administração;

c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



**Parágrafo segundo** - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva da Senhora DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.

**Parágrafo terceiro** - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

**Parágrafo quarto** - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO**

15.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo nº 00006.000559/2017-7, ao Edital do Pregão Presencial nº 005/2017, Processo Administrativo nº 044/2017, a Ata de Registro de Preços nº 003/2017 e a Proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas e entregues se enviadas por carta protocolada, fax ou correio eletrônico, mediante recibo ou outro meio onde fique formalizado o recebimento.

17.2 - Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;

17.3 - Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior previstos no art. 393 do Código Civil.

17.4 - O contrato não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma das suas cláusulas e condições, salvo mediante mútuo acordo por escrito firmado por ambas as partes.

17.5 - As PARTES CONTRATANTES declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente Instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.



17.6 - As PARTES reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia da vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.


17.7 - Fica desde já convencionado entre as PARTES, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram; serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes nesse Contrato.


#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da Justiça do Estado da Paraíba, comarca de JOÃO PESSOA, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 22 de agosto de 2017.

  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA  
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA  
CONTRATANTE

  
MARCIC IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME  
CÍCERO DEMÓSTENES CABRAL DE SOUSA  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHA 1

NOME: Christiana V.C. Brub.  
CPF: 024345054-40

#### TESTEMUNHA 2:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



**DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DA PARAÍBA**

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL  
NESTA DATA  
EM 31/08/2017  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Nº PROCESSO:** 00006.000559/2017-7

**Nº DO CONTRATO:** 016/2017

**CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

**CONTRATADA:** MARCIC IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME

**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR DEMANDA, DE CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, CONTENDO CARTEIRAS DE IDENTIDADE, PORTA DOCUMENTO E DISTINTIVOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL.

**PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO.

**VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO:** R\$ 36.182,00 (TRINTA E SEIS MIL, CENTO E OITENTA E DOIS REAIS).

**CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 141010312250464216339030

**DATA DA ASSINATURA:** 22/08/2017

**EMBASAMENTO LEGAL:** LEI FEDERAL Nº 8.666/93, LEI Nº 10.520/2002 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

  
**MARIA MADALENA ABRANTES SILVA**  
Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba

001/2017, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente aos 03 (três) lotes descritos no Edital, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no projeto básico e demais anexos do Edital. Após reanálise das propostas apresentadas pelas empresas acima citadas, a comissão considerou **DECLASSIFICADAS** as empresas: 1) VALERIA DA ROCHA RODRIGUES FALCÃO EIRELI (Ampla), por desrespeitar o subitem 11.1 (não apresentar planilha conforme modelo, apesar de ter sido concedido prazo em Ata de abertura das propostas realizada no dia 09/08/2017, intimando-o naquela oportunidade); 2) G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), fica desclassificada apenas para o **LOTE 03**, por desrespeitar o subitem 11.1, alínea "b.5" do edital (planilha com itens divergentes do constante na planilha da Emepa, além de valor superior ao estimado pela Emepa); 3) PLANTEL - PLANEJAMENTO, PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA (Ampla), por desobedecer o disposto no subitem 11.1, alínea b.5) do Edital (apresentar valor superior ao estimado pela Emepa em itens da planilha); 4) UG CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-ME (ME), por desrespeitar o subitem 11.1 alíneas "f", "g" e "h" do edital (ausência de declaração de empregar 10% da mão de obra local, ausência de declaração de empregar 5% das vagas aos sentenciados e ausência de declaração de adotar o PGRCC). A Comissão considerou, ainda, **CLASSIFICADAS** para o **Lote 01** em primeiro lugar a empresa G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), com proposta no valor de R\$ 106.732,15 (cento e seis mil setecentos e trinta e dois reais e quinze centavos), em segundo lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 113.209,25 (cento e treze mil duzentos e nove reais e vinte e cinco centavos); Para o **Lote 02**, em primeiro lugar a empresa G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), com proposta no valor de R\$ 173.374,21 (cento e setenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), em segundo lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 191.323,83 (cento e noventa e um mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos); e para o **Lote 03**, em primeiro lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 26.934,02 (vinte e seis mil novecentos e trinta e quatro reais e dois centavos). As propostas vencedoras apresentaram preços exequíveis nos termos do art. 48, § 1º da Lei 8.666/93. Fica aberto o prazo para possíveis recursos, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina legislação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata. João Pessoa, 30 de Agosto de 2017.

LAYSE NELY MACÊDO PEDERNEIRAS  
Presidente da CEL

EMPRESA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA S.A.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO FEDERAL

Nº DE REGISTRO CGE: 15-70028-3

Nº DO CONVÊNIO: 23400.15/0018-3

Nº DO TERMO ADITIVO: 01

NOME DOS CONVENIENTES Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Embrapa Meio-Norte) e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A - EMEPA-PB.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação Técnica por mais 5 (cinco) meses.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 29/07/2015 a 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2017.

AUTORIDADE RESPONSÁVEL: NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES

CARGO: Diretor Presidente da EMEPA

### Defensoria Pública do Estado da Paraíba

#### EXTRATOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONVÊNIO

Nº DO CONVÊNIO: 001-2013-DPPB *ok*

CONCEDENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONVENIENTE: IPÊ - INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCAÇÃO

OBJETO: RENOVAR JUNTO A INSTITUIÇÃO DE ENSINO RETRO MENCIONADA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS, NOS DIVERSOS CURSOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO SUPERIOR DE ENSINO, SELECIONADOS DE ACORDO COM O PROCESSO SELETIVO ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO ORA CONVENIENTE, PARA PREENCHIMENTO DE 20 (VINTE) VAGAS DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, PREVIAMENTE DESIGNADOS PELAS PARTES ORA CELEBRANTES DO PRESENTE TERMO.

VALOR: R\$ 216.000,00 (DUZENTOS E DEZESSIS MIL REAIS)

CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS:

14101.03.122.5046.4216.339036.00.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/03/2017 a 01/03/2019

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2017

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA

Defensora Pública Geral

#### EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº PROCESSO: 00006.000559/2017-7

Nº DO CONTRATO: 016/2017 *ok*

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: MARCIA IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR DEMANDA, DE CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, CONTENDO CARTEIRAS DE IDENTIDADE, PORTA DOCUMENTO E DISTINTIVOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL.

PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA AS-

SINATURA DO PRESENTE TERMO.  
VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO: OITENTA E DOIS REAIS).  
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRADA DA ASSINATURA: 22/08/2017  
EMBASAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 005/2017  
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA  
Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba

## Superintendência de Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba

### LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE

AVISO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS  
REGIS

Após análise e homologação das Propostas de Licitação - (CPL) por UNANÍME de classificação: EMPRESAS CLASSIFICADAS: VALOR 29.477,34; LINK ENGENHARIA, ITAPORANGA - PRESENTES. EMPRESA DESCLASSIFICADA: LP CONSTRUTORA - descumprimento do subitem 11.1 alínea "c".

José Luiz  
Presidente

## Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia

### LICITAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA  
MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA

RATIFICAÇÃO DE PROROGAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Companhia Estadual de Habitação Popular - Companhia de Habitação Popular - parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, o enquadramento 010/2016 com a empresa COMPANHIA DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAR PONTO DE ACESSO À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, tendo por Gestor do Contrato o servidor Rômulo de Azevedo, portaria de designação nº 035/2016, publicamente.

EMILIA  
DIRETORA

SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA  
MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS  
RESULTADO  
REGISTRO

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Paraíba, em sessão de janeiro de 2017, TORNAR PÚBLICO O ITO Nº 06/2017, Processo Nº 0729/2017, e FP 100, visando dar continuidade aos trabalhos da Paraíba, pela DMRH, para atender a dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. Fica determinado o dia 05/09/2017, às 14h, para a abertura das propostas de preços.

Washington  
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA  
MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA

TOMADA DE PREÇOS  
REGISTRO  
PROCESSO

A SECRETARIA DE ESTADO DA PARAÍBA

001/2017, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obra referente aos 03 (três) lotes descritos no Edital, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no projeto básico e demais anexos do Edital. Após reanálise das propostas apresentadas pelas empresas acima citadas, a comissão considerou **DESCLASSIFICADAS** as empresas: 1) VALERIA DA ROCHA RODRIGUES FALCÃO EIRELI (Ampla), por desrespeitar o subitem 11.1 (não apresentar planilha conforme modelo, apesar de ter sido concedido prazo em Ata de abertura das propostas realizada no dia 09/08/2017, intimando-o naquela oportunidade); 2) G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), fica desclassificada apenas para o LOTE 03, por desrespeitar o subitem 11.1, alínea "b.5" do edital (planilha com itens divergentes do constante na planilha da Emepe, além de valor superior ao estimado pela Emepe); 3) PLANTEL - PLANEJAMENTO, PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA (Ampla), por desobedecer o disposto no subitem 11.1, alínea b.5) do Edital (apresentar valor superior ao estimado pela Emepe em itens da planilha); 4) UG CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI-ME (ME), por desrespeitar o subitem 11.1 alíneas "p", "g" e "h" do edital (ausência de declaração de empregar 10% da mão de obra local, ausência de declaração de empregar 5% das vagas aos sentenciados e ausência de declaração de adotar o PGRCC). A Comissão considerou, ainda, **CLASSIFICADAS** para o Lote 01 em primeiro lugar a empresa G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), com proposta no valor de R\$ 106.732,15 (cento e seis mil setecentos e trinta e dois reais e quinze centavos), em segundo lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 113.209,25 (cento e treze mil duzentos e nove reais e vinte e cinco centavos); Para o Lote 02, em primeiro lugar a empresa G&S CONSTRUTORA LTDA (ME), com proposta no valor de R\$ 173.374,21 (cento e setenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos), em segundo lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 191.323,33 (cento e noventa e um mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos); e para o Lote 03, em primeiro lugar a empresa POLYEFE CONSTRUÇÕES, IMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRLI-EPP (EPP), com proposta no valor de R\$ 26.934,02 (vinte e seis mil novecentos e trinta e quatro reais e dois centavos). As propostas vencedoras apresentaram preços executáveis nos termos do art. 48, § 1º da Lei 8.666/93. Fica aberto o prazo para possíveis recursos, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina legislação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata. João Pessoa, 30 de Agosto de 2017.

LAYSE NELYÊ MACÊDO PEDERNEIRAS  
Presidente da CEL

**EMPRESA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA S.A.**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO FEDERAL**

Nº DE REGISTRO CGE: 15-70028-3  
Nº DO CONVÊNIO: 23400.15/0018-3  
Nº DO TERMO ADITIVO: 01

**NOME DOS CONVENIENTES** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (Embrapa Meio-Norte) e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A. - EMEPA-PB.  
**OBJETO:** Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação Técnica por mais 5 (cinco) meses.  
**PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 29/07/2015 a 31/12/2017.  
**DATA DA ASSINATURA:** 26/07/2017.  
**AUTORIDADE RESPONSÁVEL:** NIVALDO MORENO DE MAGALHÃES  
**CARGO:** Diretor Presidente da EMEPA

**Defensoria Pública do Estado da Paraíba**

**INSTRUMENTOS**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONVÊNIO**

Nº DO CONVÊNIO: 001-2013-DPPB **OK**  
**CONCEDENTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**CONVENIENTE:** IPÊ - INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCAÇÃO  
**OBJETO:** RENOVAR JUNTO A INSTITUIÇÃO DE ENSINO RETRO MENCIONADA E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, AS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS, NOS DIVERSOS CURSOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO SUPERIOR DE ENSINO, SELECIONADOS DE ACORDO COM O PROCESSO SELETIVO ELABORADO PELA INSTITUIÇÃO ORA CONVENIENTE, PARA PREENCHIMENTO DE 20 (VINTE) VAGAS DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, PREVIAMENTE DESIGNADOS PELAS PARTES ORA CELEBRANTES DO PRESENTE TERMO.  
**VALOR:** R\$ 216.000,00 (DUZENTOS E DEZESSIS MIL REAIS)  
**CLASSIFICAÇÕES FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS:** 14101.03.122.5046.4216.339036.00.  
**PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/03/2017 a 01/03/2019  
**DATA DA ASSINATURA:** 01/03/2017  
**MARIA MADALENA ABRANTES SILVA**  
Defensora Pública Geral

**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Nº PROCESSO: 00006.000559/2017-7  
Nº DO CONTRATO: 016/2017 **OK**  
**CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**CONTRATADA:** MARCIC IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA-ME  
**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR DEMANDA, DE CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL, CONTENDO CARTEIRAS DE IDENTIDADE, PORTA DOCUMENTO E DISTINTIVOS DOS IN-

SINATURA DO PRESENTE TERMO.  
VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 36.182,00 (OITENTA E DOIS REAIS).  
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 1410103  
DATA DA ASSINATURA: 22/08/2017  
EMBASAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, LEI Nº 1 CIAL Nº 005/2017  
**MARIA MADALENA ABRANTES SILVA**  
Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba

**Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba**

**licitação**

**SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2017 REGISTRO Nº 17-00652-3**

Após análise e configuração das Propostas de Preços apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação - (CPL) por UNANIMIDADE de seus Membros de classificação: **EMPRESAS CLASSIFICADAS:** INSTEC - INST. DE ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. VALOR 29.477,34; LINK ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. VALOR 29.477,34; PRESA DESCLASSIFICADA: LP CONSTRUTORA E LOCADORA S/A. VALOR 29.477,34. O processo encontra-se em fase de cumprimento do subitem 11.1 alínea "c". O processo encontra-se em fase de cumprimento do subitem 11.1 alínea "c".

José Lusmiá Felipe dos Santos  
Presidente do Certame

**Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia**

**licitações**

**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DO MEIO AMBIENTE E CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**RATIFICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016 COM A EMPRESA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE ÁGUA S/A - CPASA, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2016**

A Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba - CEHA, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, o enquadramento legal da justificativa 010/2016 com a empresa COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE ÁGUA S/A - CPASA pelo prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data da assinatura do contrato para disponibilizar ponto de acesso ao Sistema Integrado de Serviços para disponibilizar ponto de acesso ao Sistema Integrado de Serviços no valor total de R\$ 33.833,76 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), tendo por Gestor do Contrato o servidor RENÊ AMARO FORMOSO, portaria de designação nº 035/2016, publicada no DOE no dia 05/08/2016.

EMILIA CORREIA LIMA  
DIRETORA PRESIDENTE

**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06-2017-5 RESULTADO DA HABILITAÇÃO REGISTRO CGE Nº. 17-00652-3**

A Comissão Permanente de Licitação da SEIRHMACT, constituída de janeiro de 2017, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA FAZENDA Nº 06/2017, Processo Nº 0729/2017, cujo objeto é a "Aquisição e FP 100, visando dar continuidade aos trabalhos de perfuração da Paraíba, pela DMRH, para atender as necessidades do Sistema dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia". **HABILITADA:** RM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Fica determinado o dia 05/09/2017, às 14:00 horas, no mesmo endereço para a apresentação das propostas.

Washington Luis Soares Ra  
Presidente da CPL/SEIRHMACT

**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017 REGISTRO CGE Nº. 17-00652-3 PROCESSO SEIRHMACT Nº. 002/2017**